

FONTE : CBCLASS. : 1239DATA : 12 05 90PG. : 13

Cabral determina redução de funcionários da Funai

O ministro da Justiça, Bernardo Cabral, está empenhado em enxugar radicalmente a máquina administrativa da Fundação Nacional do Índio. "A Funai vive um caos organizacional sem igual", assegura o secretário de Administração do Ministério, Kléber Gomes Ferreira Lima, responsável pela reforma na estrutura da Fundação. Segundo ele, o órgão dispõe de 1.269 DAS, seis vezes superior ao número de cargos com gratificação na Justiça e quase a metade do total computado em todos os demais ministérios, incluindo o Palácio do Planalto.

Na primeira proposta de regimento interno entregue ao secretário, os técnicos da Funai reduziram o número de DAS para 609, mas o ministério não aceita: "Queremos enxugar ainda mais", garante Kléber, para quem não é admissível que uma Fundação disponha de tantos privilégios. "Não há sentido um

órgão vinculado ao ministério (com um total de 217 DAS) superá-lo em quantidade de gratificações". A desorganização organizacional é tanta que um piloto de avião da Funai chega a ganhar mais do que o presidente do órgão. Os salários de DAS variam de Cr\$ 37 a 86 mil.

DESORGANIZAÇÃO

Essa desorganização compromete o atendimento ao índio, hoje uma figura relegada dentro da administração da Fundação. Isto porque às decisões tomadas na sede, em Brasília, passam por todo um processo burocrático para chegar às áreas indígenas. As superintendências abarrotadas de funcionários não dispõem de gente nos locais necessários. "Falta gente para cuidar dos índios", explica Kléber. Ele pretende reformular toda a estrutura das seis superintendências da Funai (Pernambuco, Paraná, Mato Grosso,

Pará, Amazonas e Goiás). A que mais o preocupa é a do Mato Grosso, justamente por ser a maior. "Vamos corrigir os erros para atender os anseios dos índios, agilizando o sistema como um todo, que está muito precário.

SEDE

Mesmo não confirmando o número total de funcionários da Funai, o secretário tem em mente reduzir para 10 por cento a quantidade de servidores na sede do órgão. Os 90 por cento restantes devem ser distribuídos nas administrações regionais, seguindo a proporção determinada pelo Governo: 70 por cento ficarão nas atividades fins e 30 por cento nas atividades meio. Um indigenista ligado à Fundação considera a medida eficaz, por achar que o órgão "tem tudo, menos índio". Para Kléber, a descentralização, finalmente, colocará a Fundação mais perto do seu principal objetivo: o atendimento aos índios.